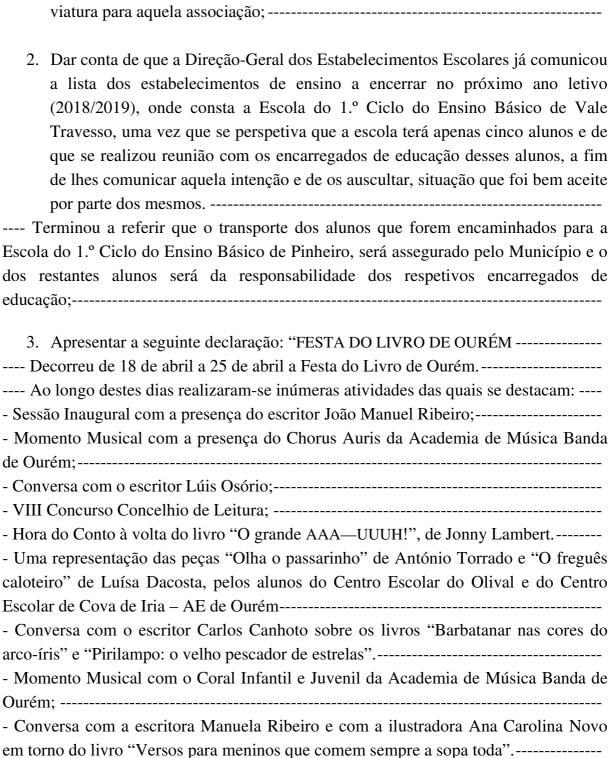


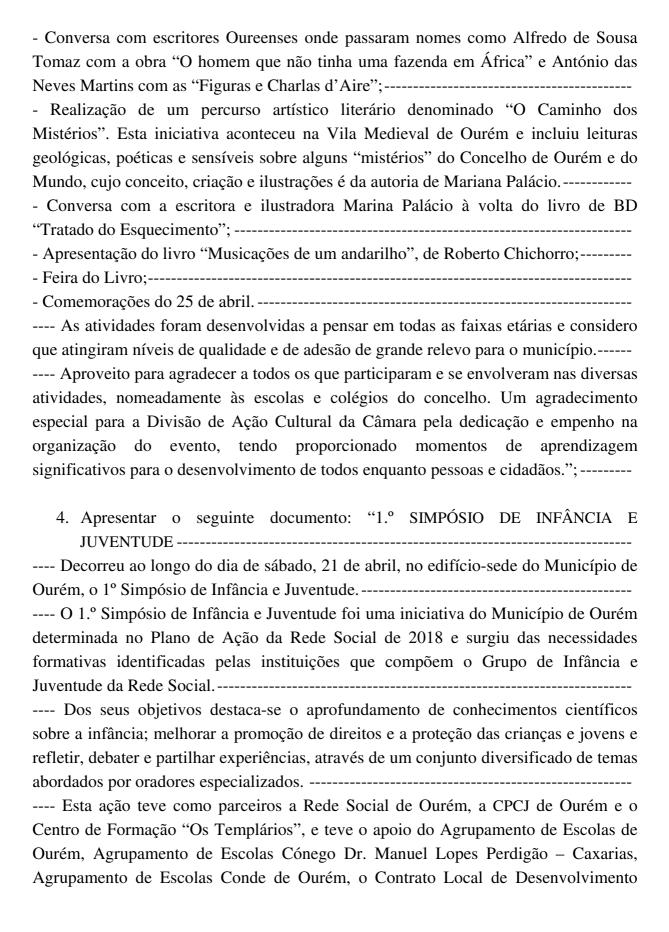
ATA N.º 10 (REUNIÃO PRIVADA)

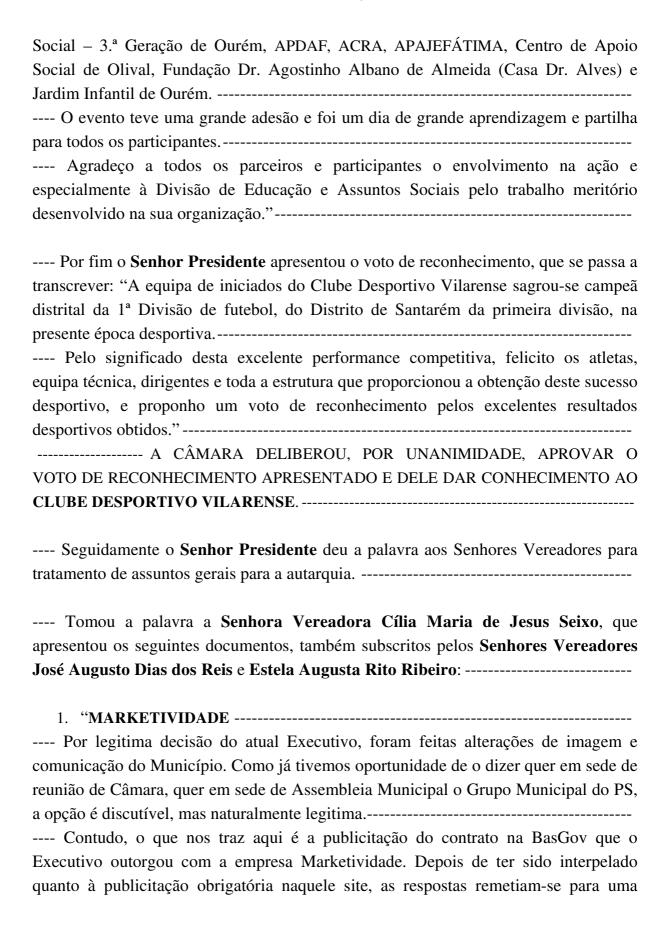
Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de Ourém,
no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu,
ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo
Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO
ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO,
NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, RUI MANUEL
SIMÕES VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel
Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificada a
falta da Senhora Vereadora MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE
SOUSA COSTA, por esta se encontrar de férias
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente tomou a palavra para:
1. Informar de que, no seguimento da sua participação no convívio de angariação

de fundos para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém,

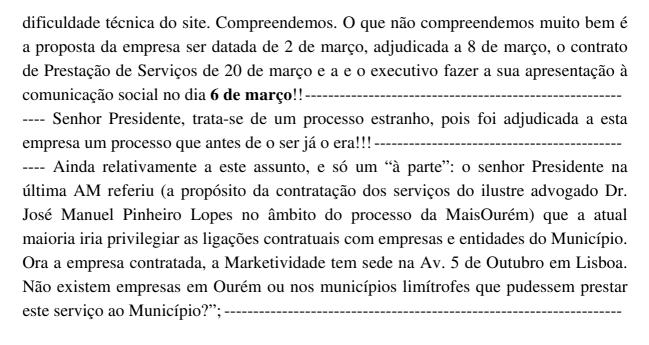
que decorreu no passado dia 22 de abril em curso, em New Jersey, foram obtidos cerca de 53 mil dólares, que serão aplicados na aquisição de uma viatura para aquela associação: ------











2. "PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA AV. D. NUNO A. PEREIRA – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO -----

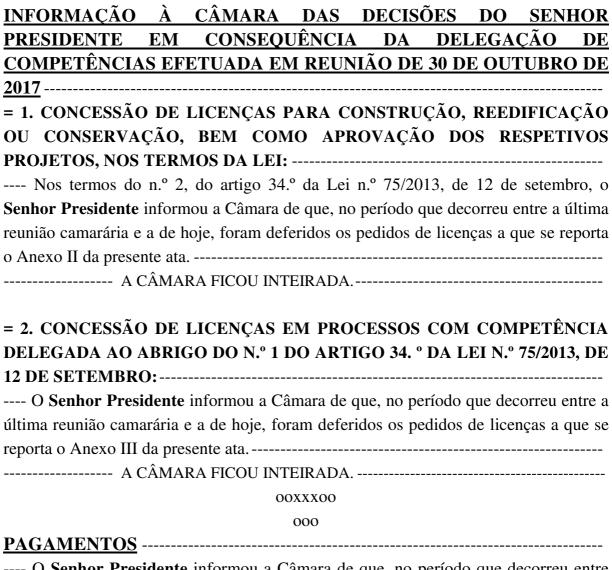
---- Na sequencia do requerimento feito pelos vereadores do Partido Socialista para consultar o Processo183/2017 relativo ao Projeto de Requalificação da Av. D. Nuno A. Pereira onde consta o contrato feito com a equipa responsável pelos Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança Prospectiva – Projetos, Serviços e Estudos, S A, verifica-se a realização de um contrato com a CMO em que a referida empresa assume no caderno de encargos, enquanto entidade fiscalizadora responsável pela coordenação da segurança, entre outras a responsabilidade de entregar mensalmente um relatório alusivo ao decorrer da obra. A celebração do contrato data de 6 de fevereiro; no entanto, até ao dia 23 de abril, data em que a referida consulta foi feita nenhum relatório constava do processo. --------- Por outro lado, encontrámos vários cronogramas (cronograma de mobilização de meios, cronograma financeiro) mas nenhum que nos indique o tempo de duração de cada uma das fases da obra. Consta do processo uma troca de emails relativa ao atraso da obra, na adenda ao plano de sinalização e desvio há uma referencia vaga ao prazo de execução da 2ª fase "fim no inicio do mês de março", mas não consta nenhum documento em que seja visível o anteriormente referido cronograma.--------- Os vereadores do partido socialista gostariam por isso de ser esclarecidos acerca da omissão desses documentos no processo e requerer novamente a análise dos

---- O Senhor Presidente informou de que irá averiguar a situação. -----

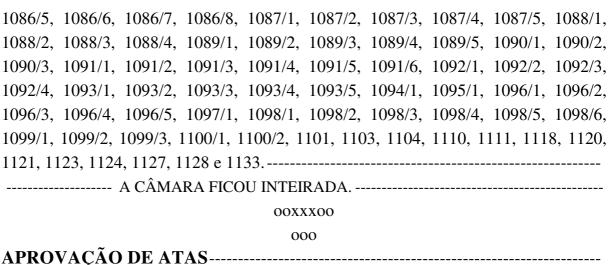


ooxxxoo

000



---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 17 e 26 de abril em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.391.887,34€: 924 a 937, 939 a 943, 948 a 950, 952 a 989, 992 a 1000, 1002 a 1006, 1009 a 1012, 1014, 1015, 1018, 1026 a 1028, 1030 a 1034, 1036 a 1038, 1040 a 1044, 1046 a 1049, 1054 a 1056, 1058 a 1076, 1077/1, 1077/2, 1078/1, 1078/2, 1078/3, 1078/4, 1078/5, 1079/1, 1080/1, 1080/2, 1080/3, 1080/4, 1080/5, 1080/6, 1080/7, 1080/8, 1081/1, 1081/2, 1081/3, 1081/4, 1081/5, 1081/6, 1081/7, 1081/8, 1082/1, 1082/2, 1082/3, 1082/4, 1082/5, 1082/6, 1082/7, 1083/1, 1083/2, 1083/3, 1083/4, 1083/5, 1086/1, 1086/2, 1086/3, 1086/4, 1086/4, 1085/1, 1085/1, 1085/2, 1085/3, 1085/4, 1085/5, 1086/1, 1086/2, 1086/3, 1086/4,



----- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO ARTIGO 57.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO DE 16 DE ABRIL DE 2018.---------- FOI DISPENSADA A SUA LEITURA. POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS MEMBROS DA CÂMARA. -----

OOXXXOO

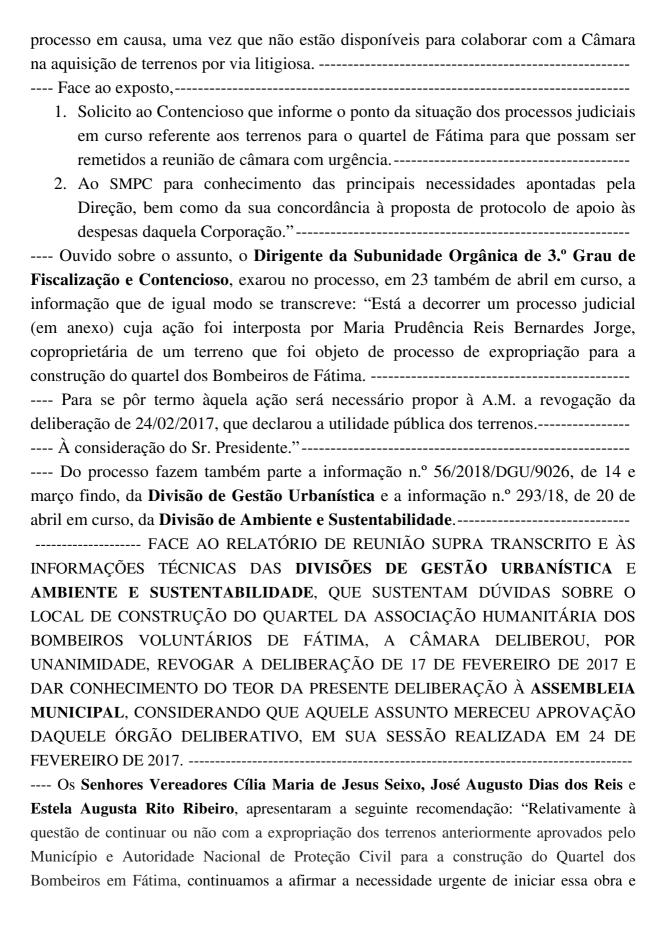
000

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FATIMA -----

---- Foi apresentado o relatório de reunião, realizada no dia 11 de abril em curso, com a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se reproduz na íntegra: "Em 21/02/2018, através do nosso ofício 6422, convidei a Direção e Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros de Fátima para uma reunião a realizar no dia 07/03/2018, às 16 horas. Ninguém compareceu à reunião, nem justificaram a sua ausência. ---------- Após as recentes eleições naquela Associação, e a consequente tomada de posse, convidei telefonicamente a nova Direção para reunião que foi realizada nesta data. -------- Foi-lhe apresentada a proposta de protocolo a celebrar com os Bombeiros que manifestaram a sua concordância com o teor do mesmo. --------- Informaram que as suas principais necessidades são a aquisição de uma autoescada, equipamentos individuais de proteção e a construção de novo quartel. --------- Quanto ao novo quartel, a atual Direção discorda da atual localização proposta,

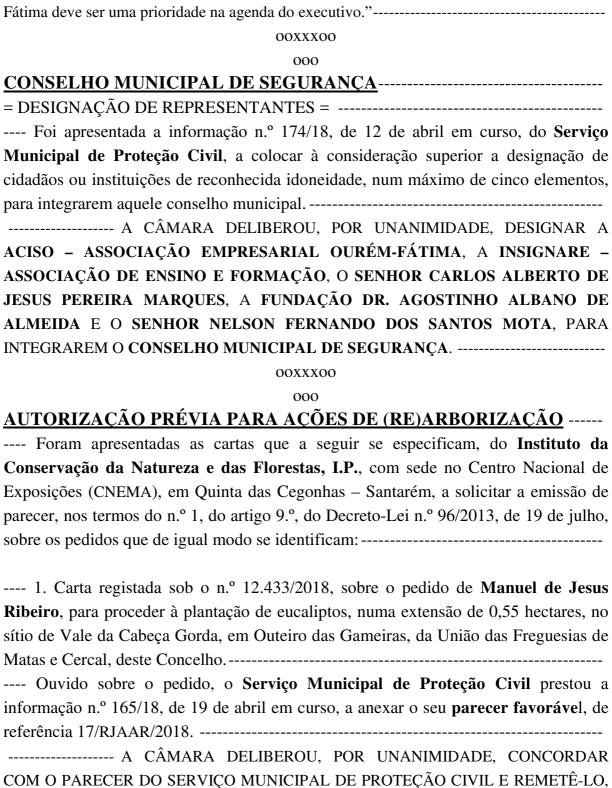
pelo que solicitou que a Câmara tomasse as providências necessárias para desistir do







entendemos que a nova Direção deve ter uma palavra a dar nesse sentido. Continuamos também a recomendar que dada a especificidade de Fátima, no que se refere ao aumento da população e à afluência de pessoas, a construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Fátima deve ser uma prioridade na agenda do executivo."-------



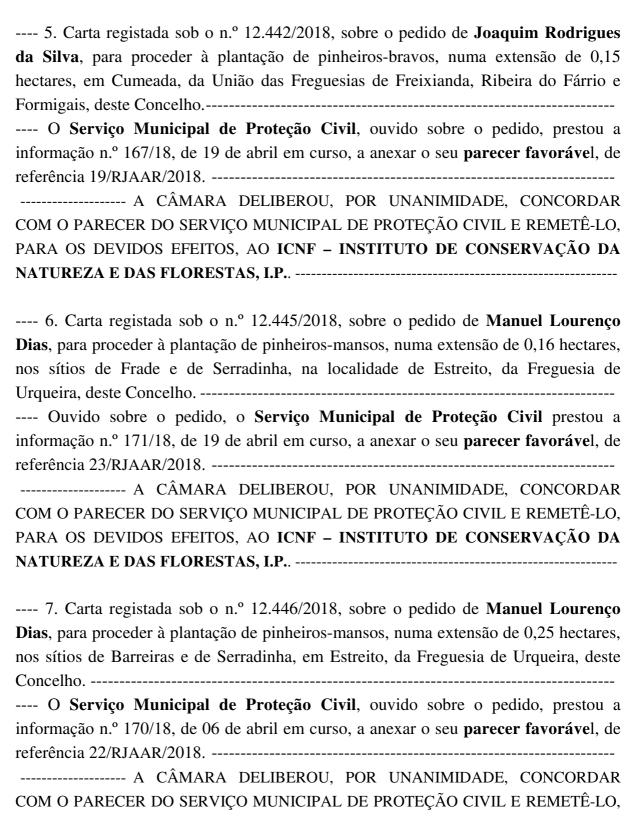


PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P., ---------- 2. Carta registada sob o n.º 12.434/2018, sobre o pedido de Luís Filipe Rodrigues Marques, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,49 hectares, no sítio de Vale da Eira, em Matos, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho. --------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil prestou a informação n.º 153/18, de 19 de abril em curso, a anexar o seu parecer favorável, de referência 11/RJAAR/2018. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. --------- 3. Carta registada sob o n.º 12.438/2018, sobre o pedido de Manuel Pereira Gomes, para proceder à plantação de eucaliptos e de pinheiros-mansos, numa extensão de 2,19 hectares, no sítio de Vale de São Domingos, em Brejo, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho. --------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço Municipal de Proteção Civil prestou a informação n.º 164/18, de 19 de abril em curso, a anexar o seu parecer favorável, de referência 16/RJAAR/2018. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ---------- 4. Carta registada sob o n.º 12.441/2018, sobre o pedido de Joaquim Rodrigues da Silva, para proceder à plantação de pinheiros-bravos, numa extensão de 0,26 hectares, no sítio de Pinhal do Fria, em Fonte Fria, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho.-------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre o pedido, prestou a informação n.º 172/18, de 19 de abril em curso, a anexar o seu parecer favorável, de referência 24/RJAAR/2018. -----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO,

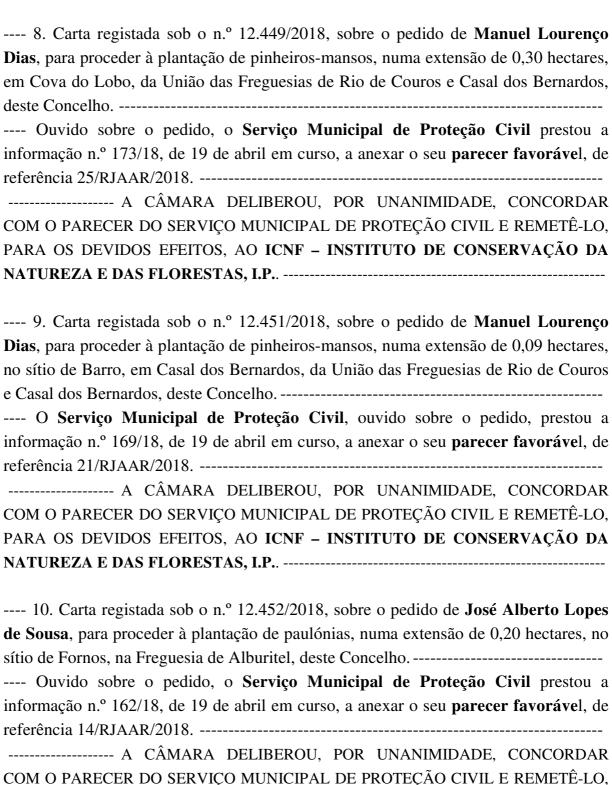


PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P..

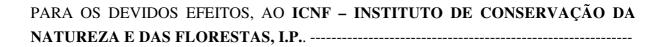




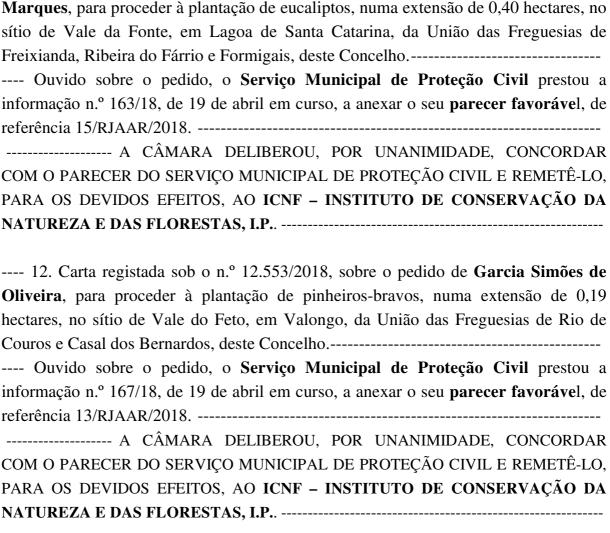
PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P..







---- 11. Carta registada sob o n.º 12.453/2018, sobre o pedido de Emília Pereira

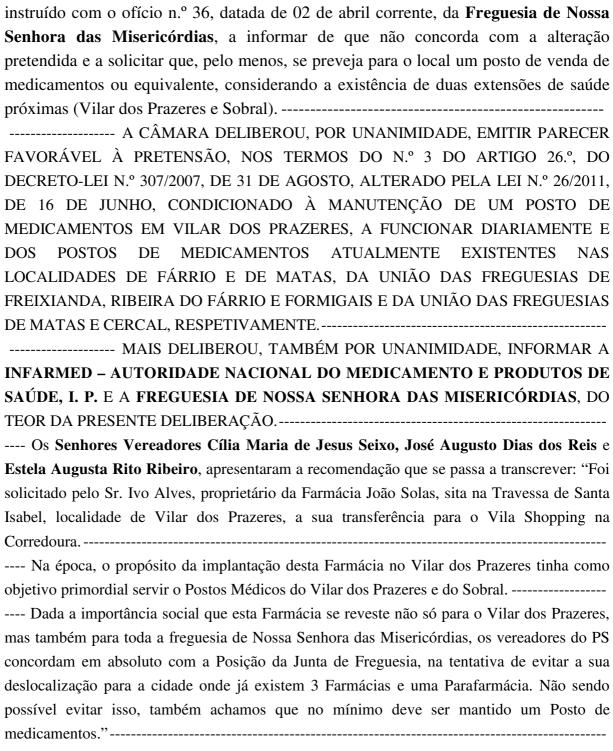


ooxxxoo

000

<u>ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DA FARMÁCIA JOÃO SOLAS – NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS – OURÉM</u> ------

---- Foi apresentado o processo registado sob o n.º 15.123/2017, de **Ivo Jorge Soares Monteiro Alves**, proprietário da **Farmácia João Solas**, sita na Travessa de Santa Isabel, na localidade de Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora da Misericórdias, deste Concelho, referente à transferência da referida farmácia para as Lojas 6 e 7, do Centro Comercial Vila Shopping, sito na Rua dos Namorados, n.º 490, em Corredoura, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, também deste Concelho,





AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, sito em Fetosa, no lugar de Pedreira, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 14.500 m², a confrontar a norte com António Pereira, a sul com António dos Santos e a nascente e a poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º 3502 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3108.
- ---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----
 - Número 133/18, de 12 do corrente mês, da **Divisão de Gestão do Território**;--
 - Datada de 18 deste mesmo mês, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que poderá emitir-se parecer favorável, nos termos do referido artigo 54.º.------

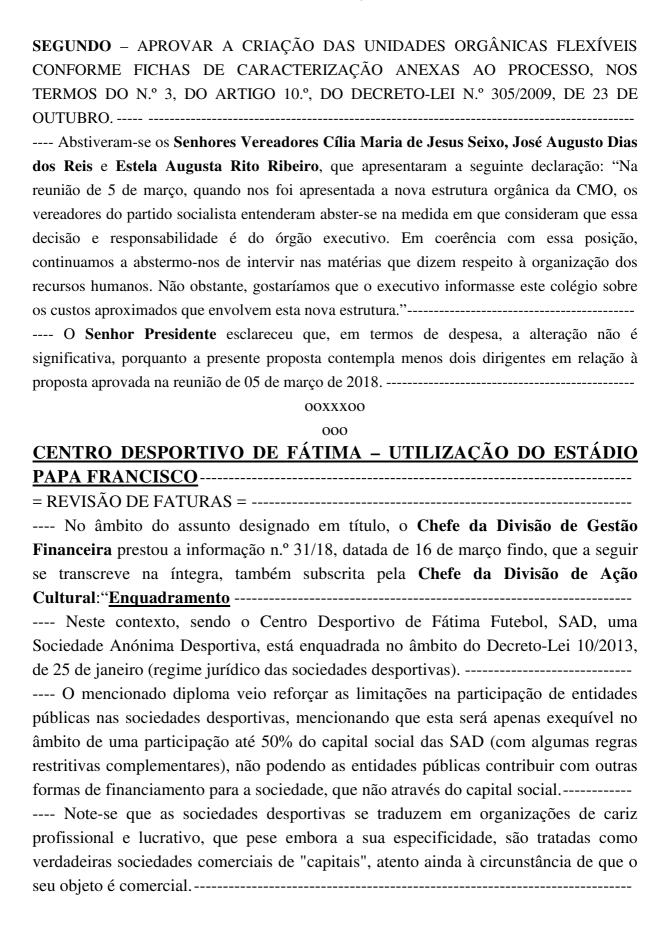
----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, EMITIR PARECER FAVORÁVEL. - --------

ooxxxoo

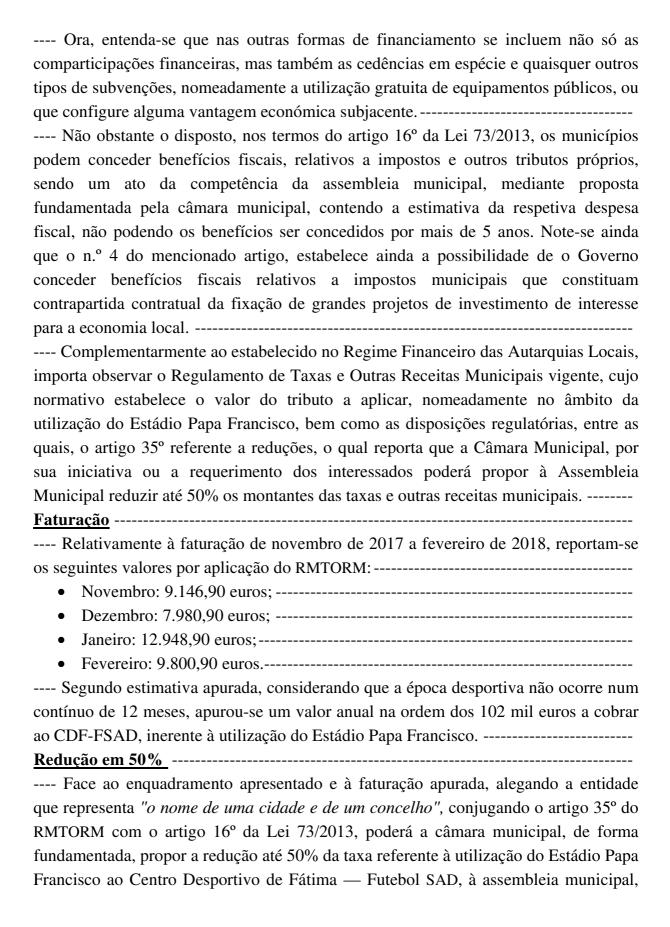
000

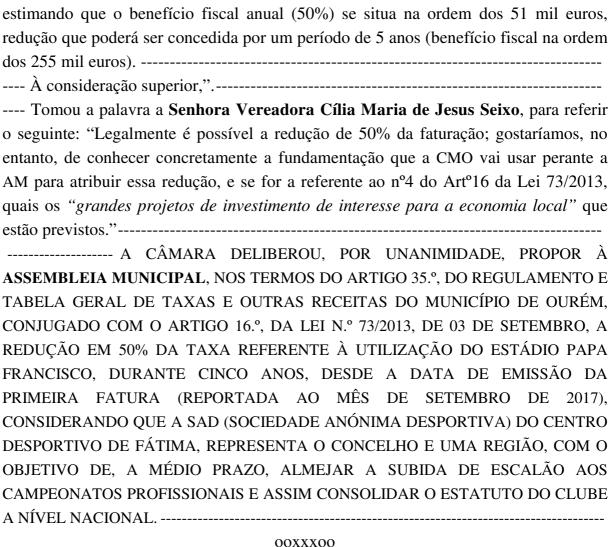
<u>REESTRUTURAÇAO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – CRIAÇAO DE</u>
UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS
= RETIFICAÇÃO =
Na reunião de 05 de março de 2018, a Câmara deliberou aprovar, nos termos do n.º
3, do artigo 10.°, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a criação das
unidades orgânicas flexíveis, conforme fichas de caracterização então apresentadas
através da proposta n.º 4, datada de 27 de fevereiro findo, do Senhor Presidente
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com o despacho
n.º 9, datado de 17 de abril corrente, do Senhor Presidente da Câmara , a dar conta
de que foram efetuados ajustes àquelas unidades orgânicas
A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA:

PRIMEIRO – REVOGAR A DELIBERAÇÃO DE 05 DE MARÇO DE 2018; -----





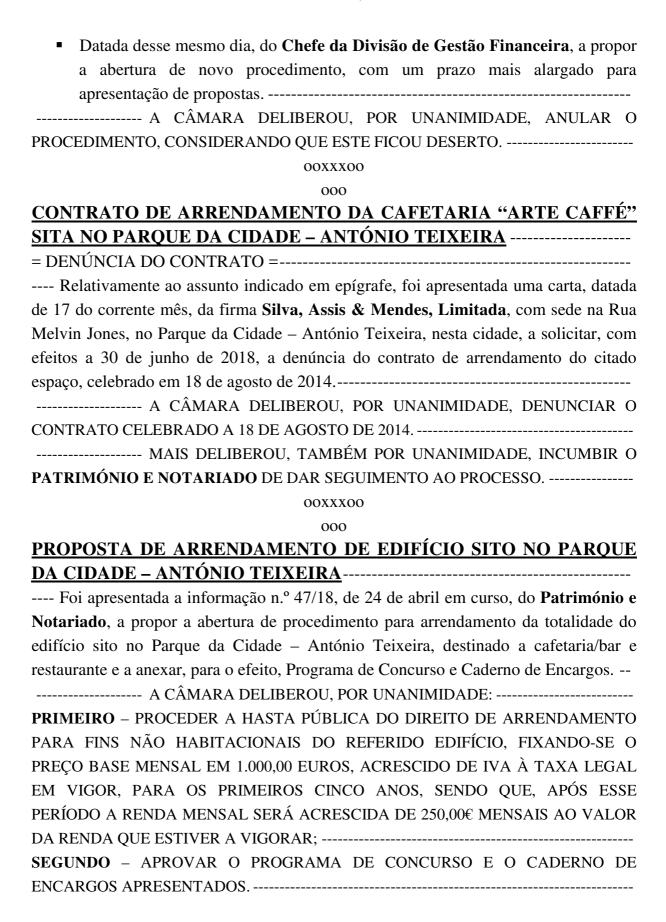




000 ARRENDAMENTO DE DUAS LOJAS SITAS NO PISO -1 DO

MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO-----= HASTA PÚBLICA = ---------- Na reunião de 02 de abril corrente, a Câmara deliberou proceder na presente reunião, ao arrendamento em Hasta Pública das lojas designadas pelas letras "N-M" e "L-J" do piso -1 do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, fixando-se a base de licitação em 75,00€ mensais para cada loja. --------- Na presente reunião, o Excelentíssimo Presidente procedeu à leitura do edital n.º 29/2018, tendo-se verificado que não foram apresentadas propostas.-------- Do processo fazem ainda parte as informações, que se passam a especificar: -----

■ Número 46/18, de 23 também de abril em curso, do **Património e Notariado**; -





----- A ENTREGA DAS PROPOSTAS DEVERÁ SER EFETUADA ATÉ ÀS 17 HORAS, DO DIA 22 DE MAIO DE 2018, NO SERVIÇO DE **PATRIMÓNIO** E NOTARIADO E A ABERTURA DAS MESMAS REALIZAR-SE-Á NA REUNIÃO DO DIA 04 DE JUNHO DE 2018. PELAS 16 HORAS E 30 MINUTOS. NO PISO 2. DO EDIFÍCIO SEDE DESTE MUNICÍPIO. ------OOXXXOO 000 REGULARIZAÇÃO DE PROCESSOS -----= 1. P017/2010 - REDES E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -AMPLIAÇÃO E RAMAIS DOMICILIÁRIOS – ESTRADA DAS GALEGAS – GONDEMARIA – OURÉM =---------- Foi apresentada a informação n.º 187/18, datada de 26 de fevereiro transato, da Divisão de Obras Municipais, que a seguir se reproduz na íntegra: "1. Introdução------ O Município de Ourém, adjudicou em 29.04.2010 à empresa Batipor -Construções, Lda., a empreitada de "Redes e sistemas de abastecimento de água -Ampliação e Ramais domiciliários - Estrada das Galegas - Galegas - Gondemaria -Ourém", pelo valor de 5 176,68 € acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, para a qual é necessário proceder ao encerramento da mesma. -----2. Analise--------- Conforme solicitado superiormente foi consultado o processo referido em epígrafe, do qual não tinha conhecimento, de modo a regularizar o mesmo no que respeita às situações pendentes no acompanhamento pela DOM. -----Dados do processo: -----Batipor - Construções, Lda. Consignação: Empreiteiro: 28.06.2010 Prazo execução: Fiscalização: Rui Teixeira 30 dias (mais 187 dias) Preço 5.176,68 € Execução da Obra: janeiro 2011 contratual: Adjudicação: 29.04.2010 Recepção provisória: Omissa no processo a. No que respeita ao encerramento da empreitada é necessário proceder ao calculo da revisão de preços.----b. O artigo 4º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro (regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas), conjugado com o número 1 do artigo 13º do mesmo diploma refere: "O plano de pagamentos, previsão mensal do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito e aprovado (...), servirá de referência nos

cálculos das revisões de preços", e "Sempre que sejam concedidas ao

empreiteiro prorrogações legais, a revisão de preços será calculada com base no plano de pagamentos reajustado."-----

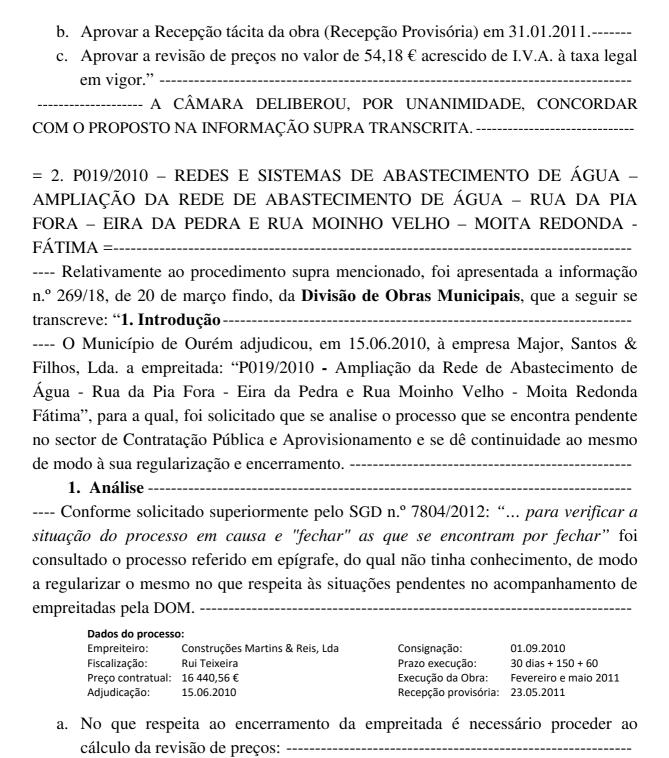
c. Em 22.02.2011 foi realizada a informação n.º 52/11/DOM/184 (SGD n.º 1724/2011) na qual propõe a aprovação de uma prorrogação de prazo de 187 dias de 28.07.2010 a 31.01.2011, e os correspondentes planos de trabalhos e pagamentos, tendo sido aprovado em 02.03.2011.-----

Trabalhos a preços de contrato

rapair	nos do contrat	.0			
Ano	Mês	Previsto	Realizado	%	Diferença (Ac.)
2010 Julho		0,00	0,00	0%	0,00
2010 Agosto		0,00	0,00	0%	0,00
2010 Setembro		0,00	0,00	0%	0,00
2010 Outubro		0,00	0,00	0%	0,00
2010 N	lovembro	0,00	0,00	0%	0,00
2010 D	2010 Dezembro 2 588,3		2 588,34 0,00 0%		-2 588,34
2011 J	aneiro	2 588,34	5 176,68	100%	0,00
		5 176.68	5 176.68		

- d. A empreitada não tem Recepção Provisória, porém, verifica-se que:-----
 - n.º 8 do artigoº 365 do CCP refere: "Ainda que não tenha sido observado o disposto nos números anteriores, a obra considera-se tacitamente recebida sempre que a mesma seja afecta pelo dono de obra aos fins a que se destina, sem prejuízo da obrigação de garantia regulada na presente secção e das sanções a que haja lugar nos termos da legislação aplicável, designadamente quando o empreiteiro não executou correctamente o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição." -------
 - a informação n.º n.º 52/11/DOM/184 (SGD n.º 1724/2011) refere que a data de ligação à rede foi efectuada em 23.12.2010, tendo a obra sido concluída em 31.01.2011.-----
- ---- Pelo que, podemos considerar a Recepção Provisória da Empreitada a data de conclusão dos trabalhos. ----
 - e. De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro foi efetuada a revisão de preços definitiva (em anexo), no valor de 54,18 € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. ------
 - 3. Conclusão-----
- ---- Deste modo, propõe-se, salvo opinião em contrário, de modo a regularizar a empreitada designada em epigrafe: ----
 - a. Dar conhecimento à fiscalização da empreitada do teor desta informação, nomeadamente a data assumida para a Recepção Provisória, de modo a eliminar erros assumidos, que eventualmente possam ser sanados;------

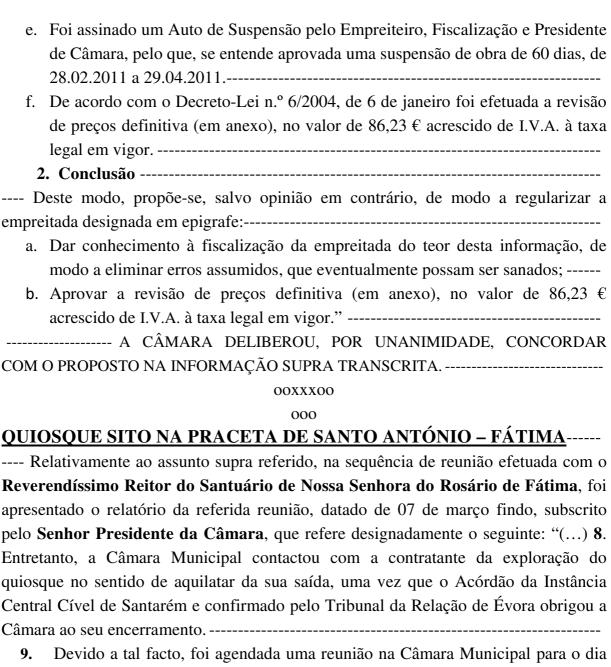




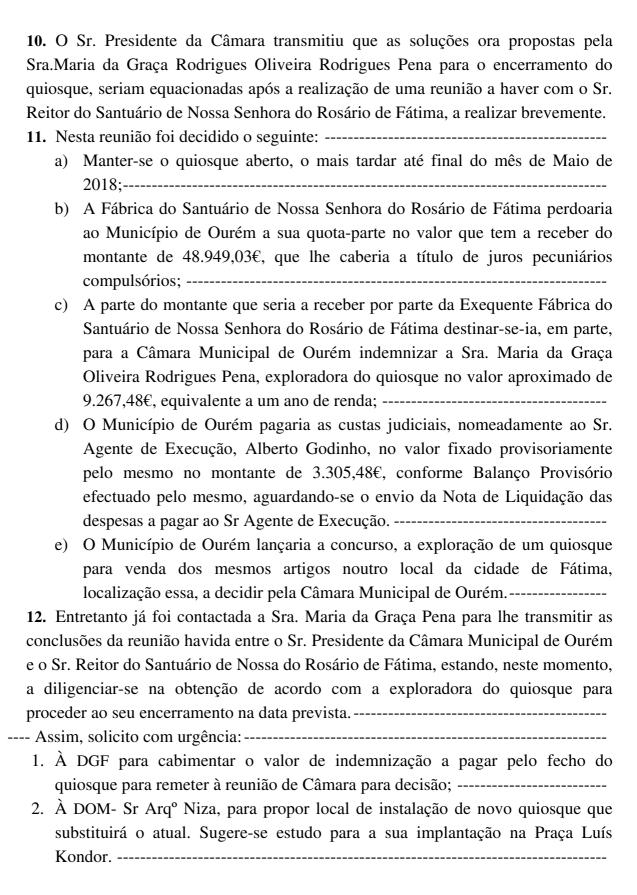


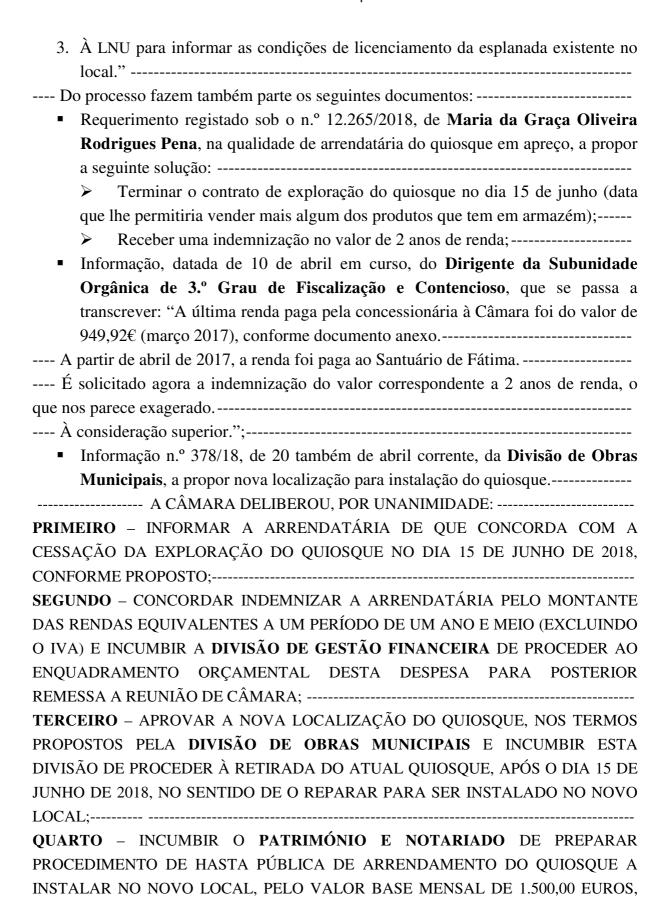
- Nos termos do artigo 300° do CCP: "...só há lugar à revisão de preços se o contrato o determinar e fixar os respectivos termos, nomeadamente o método de cálculo e a periodicidade", conforme definido, para o presente procedimento na cláusula 29.ª do Caderno de Encargos; ------
- b. Em 23.09.2010 foi realizada a movimentação (SGD n.º 18095/2010) na qual propõe a aprovação do plano de trabalhos, o plano de pagamentos e o cronograma financeiro actualizado ao plano final da consignação nos termos do n.º 3 do artigo 361º do CCP, tendo sido aprovado em 06.10.2010. -------
- c. Em 14.02.2011 foi realizada a Informação 39/2011/DOM/184 (SGD n.º 2742/2011) na qual propõe a aprovação de uma prorrogação de prazo de 150 dias de 01.10.2010 a 28.02.2010, e os correspondentes planos de trabalhos e pagamentos, tendo sido aprovado 21.02.2011.------
- d. No processo em todos os autos de medição é anexada a página *Previsto versus Realizado*, assinada pela fiscalização e pelo empreiteiro, pelo que, se entende ser o plano de pagamentos em vigor (neste caso à data do ultimo auto de 19.05.2011)------

		Trabalho	s a preços de contrato				
Trabalh	Trabalhos do contrato						
Ano	Mës	Previsto	Realizado	%	Diferença (Ac.)		
2010 Selembro		2 648,78	0,00	096	2 648,76		
2010 Oulubro		2 831,43	0,00	096	5 480,19		
2010 Novembro		2 740,09	0,00	0%	-8 220,28		
2010 Dezembro		2 831,43	0,00	0%	-11 051,71		
2011 J	laneiro	2 831,43	0,00	0%	-13 883,14		
2011 Fevereiro		2 557,42	8 545,40	52%	7.095,16		
2011 Maio		0,00	7 895,16	100%	0,00		
	_	16 440.56	16 440.56				











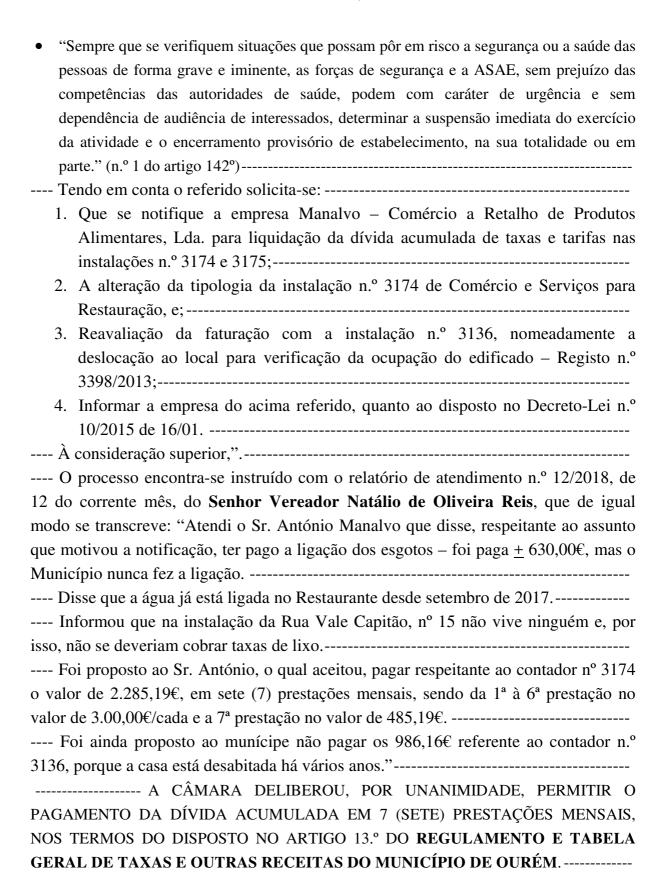
DEVENDO SER CONSIDERADO UM VALOR INICIAL DE ENTRADA DE 20.000,00 EUROS.----

OOXXXOO

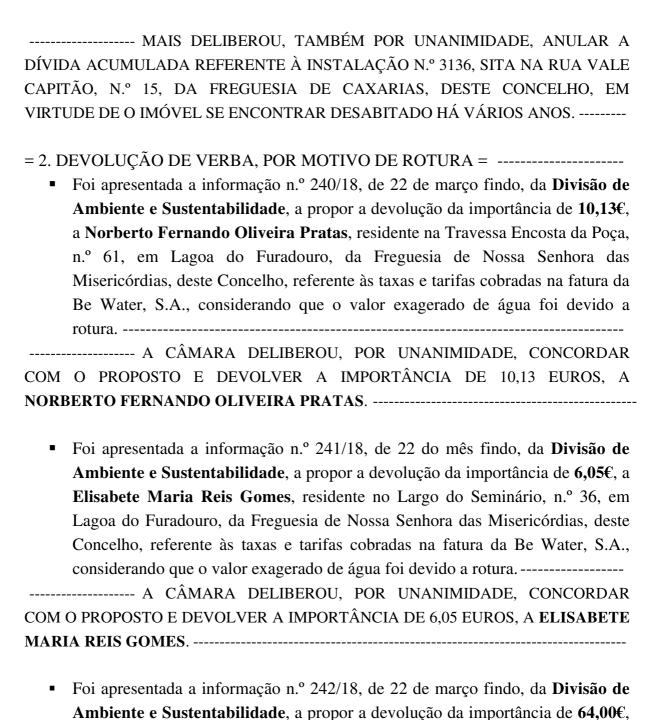
000

TAXAS	DE	CONSER	RVAÇÃO	DAS	REDES	\mathbf{E}	SISTEMA	DE
SANEA	MENT	O, TARIF	A DE TRA	TAME	ENTO DE	ÁGU	JAS RESIDU	AIS,
TARIFA	DE RI	ECOLHA.	TRANSP	ORTE	E TRATA	MEN	TO DE RSU	'S

- = 1. DÍVIDA ACUMULADA = ------
- - 1. Instalação n.º 3174 sita no Largo dos Caminhos de Ferro que diz respeito ao Restaurante Manalvo Dívida de 2.285,29€; -----
 - 2. Instalação n.º 3136 sita na Rua Vale Capitão n.º 15, tratando-se de um edificado com publicidade ao Restaurante Manalvo, mas estando aparentemente desocupado Dívida de 986,16.-----
- ---- Quanto à ligação à rede de água do Restaurante Manalvo, deve obedecer ao DL n.º 10/2015 de 16/01 Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração que indica que: ------
- "Os estabelecimentos de restauração ou de bebidas devem possuir infraestruturas básicas de fornecimento de água, eletricidade e rede de esgotos com as respetivas ligações às redes gerais, nos termos da legislação aplicável." (n.º 1 do artigo 125º).-------
- "(...) a fiscalização e a instrução dos processos de contraordenação instaurados no âmbito do RJACSR compete à ASAE e às câmaras municipais, nos casos em que estas sejam autoridades competentes para o controlo da atividade em causa." (n.º 1 do artigo 146°).---

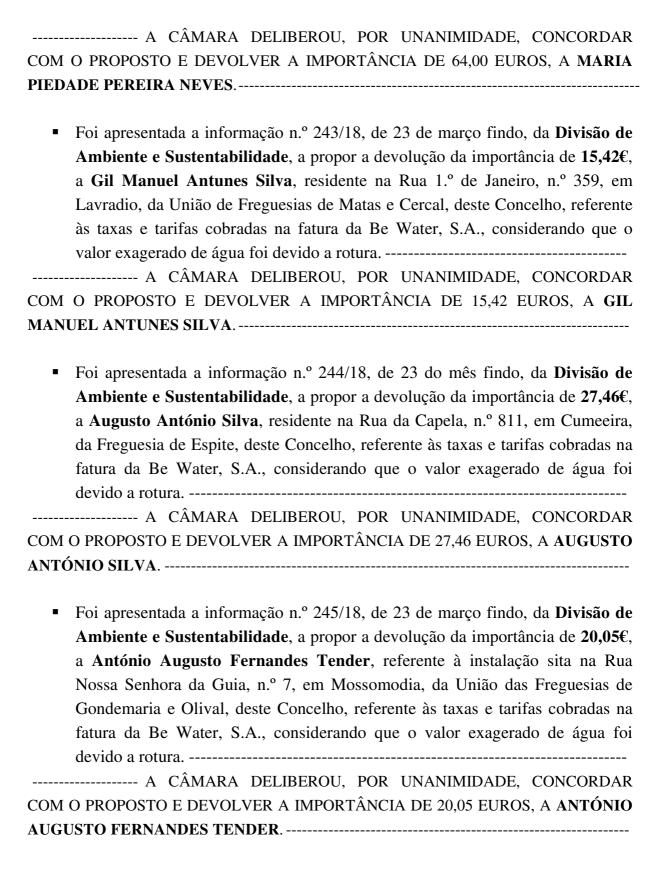




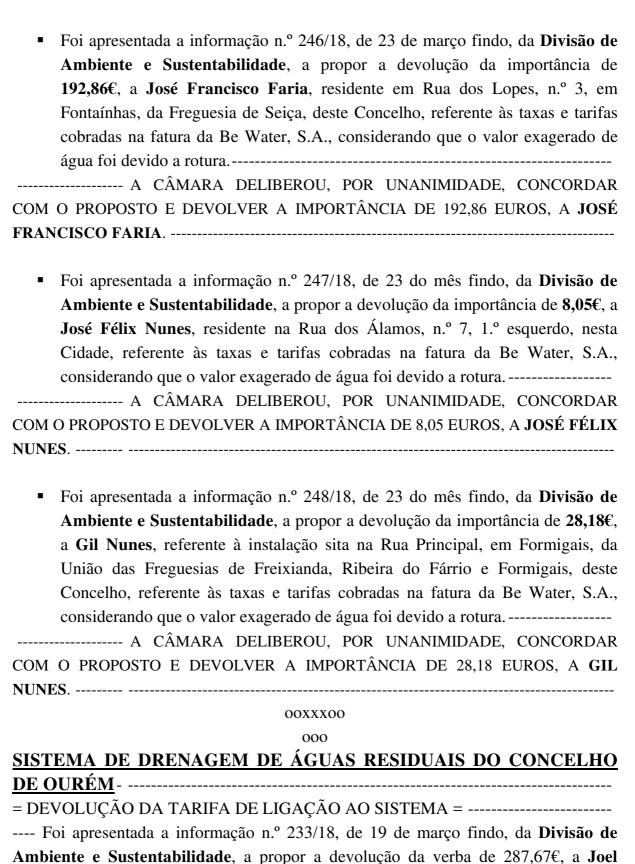


a **Maria Piedade Pereira Neves**, residente na Rua Filarmónica 1.º de Dezembro, n.º 22, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, referente às taxas e tarifas cobradas na fatura da Be Water, S.A., considerando que o valor exagerado de água foi devido a

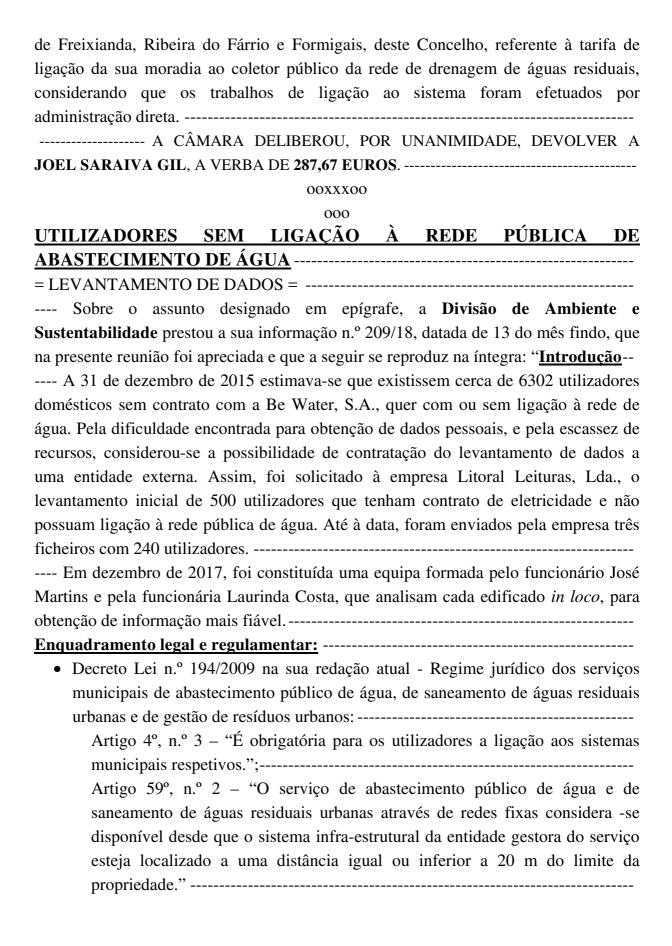


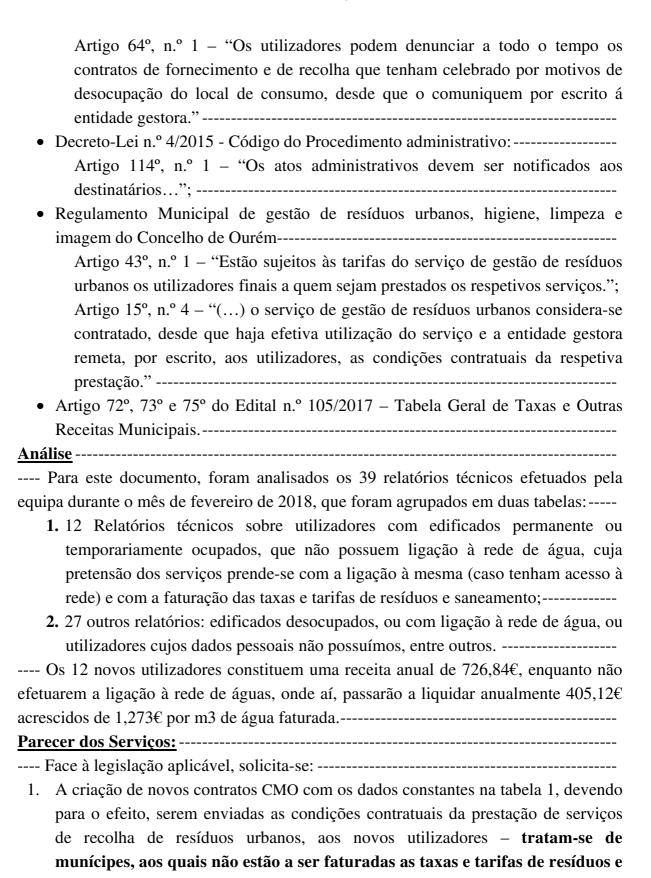






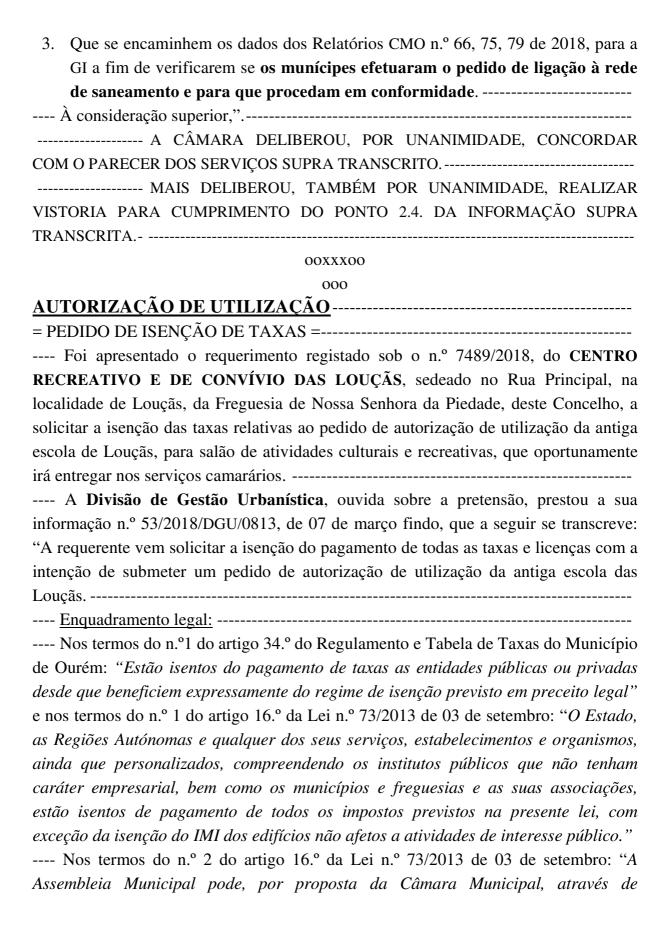
Saraiva Gil, residente na Rua Afonso de Melo, em Abades, da União das Freguesias



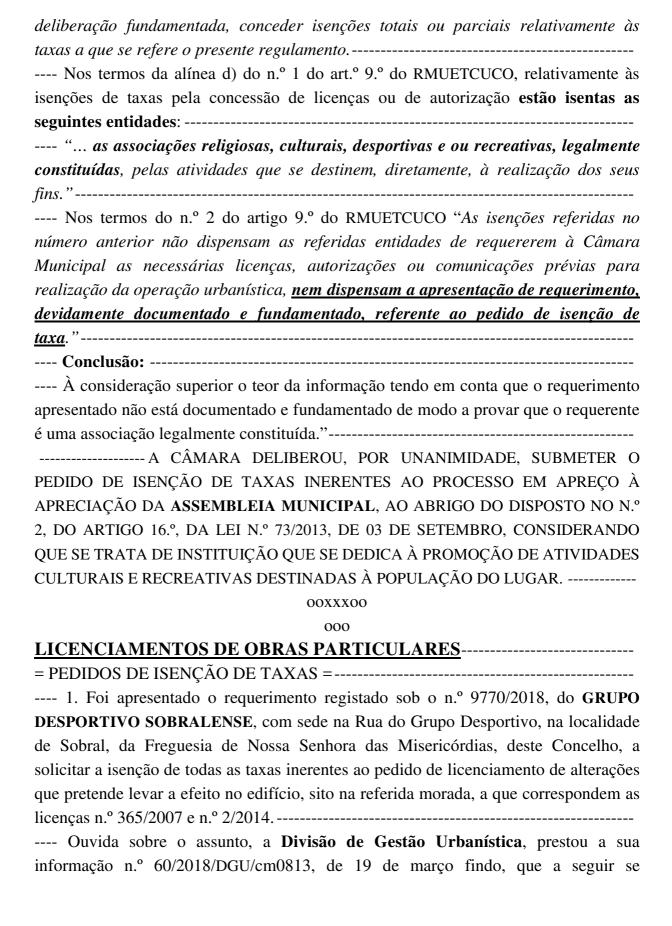




	edificado);
2	Para a tabela 2:
	2.1. O arquivamento dos Relatórios CMO n.º 60, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 75,
	77, 81, 82, 85, 86, 93 e 101 de 2018 – tratam-se de processos aos quais não
	deve ser dado seguimento por diversas razões: por já terem contratado o
	serviço de abastecimento de água, por os edificados se encontrarem desocupados ou por já serem clientes CMO de taxas/tarifas;
	2.2. Que se informe a Be Water, para notificação dos munícipes constantes nos
	Relatórios CMO n.º 66 e 78 de 2018, para ligação à rede pública de água –
	munícipes cujos dados pessoais não estão completos, não sendo possível
	iniciar a faturação de taxas/tarifas, mas com possibilidade de notificação
	para ligação à rede de abastecimento, por parte da Be Water;
	2.3. A notificação para pagamento das dívidas acumuladas dos munícipes
	constantes nos Relatórios CMO n.º 74, 92 e 99 de 2018 – munícipes aos quais
	já são faturadas as taxas/tarifas mas que têm faturas por liquidar;
	2.4. A marcação de vistoria às habitações referenciadas nos relatórios CMO n.º
	83/2018 – habitação temporariamente ocupada mas sem luz, para a qual
	se pretende confirmar a ocupação - e 102/2018 – proprietário emigrante,
	que alegadamente não ocupa a moradia aquando da visita a Portugal,
	para a qual se pretende verificar as condições de habitabilidade -;
	2.5. A modificação do contrato referido no Relatório CMO n.º 94/2018, isentando a
	Tarifa de resíduos transitória e faturando a Tarifa de resíduos por inexistência
	de sistema, devolvendo os valores liquidados indevidamente – Não existe
	rede de abastecimento de água junto ao edificado, pelo que o munícipe
	deverá pagar a tarifa correspondente à inexistência da rede (2,20€ por mês, ao invés de 4,37€);
	2.6. Para o Relatório CMO n.º 100, a denúncia do contrato existente, a anulação da
	dívida acumulada e a correção dos dados da titular, tendo em conta que o
	nome está incompleto e a faturação não tem NIF;
	2.7. Parecer superior relativo ao seguimento a dar ao relatório CMO n.º 80/2018,
	tendo em conta que o edificado foi construído para armazém – Licença de
	construção n.º 85/1999 em nome de Exoprancha, Lda. – e a empresa
	Verdasca e Verdasca Lda. arrendou parte do armazém para "Oficina e
	Manutenção de viaturas", não tendo sido encontrado qualquer pedido de
	alteração de uso



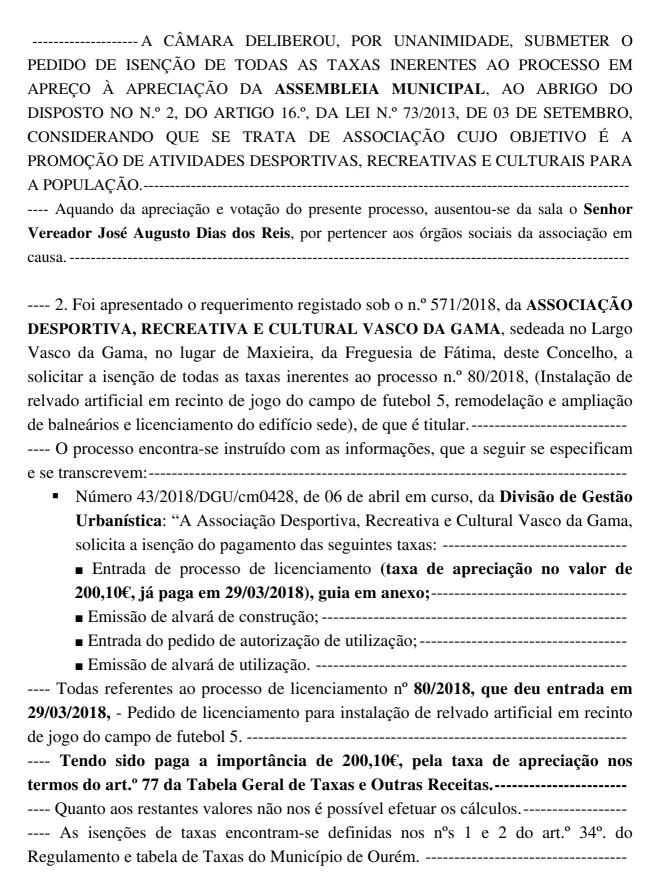


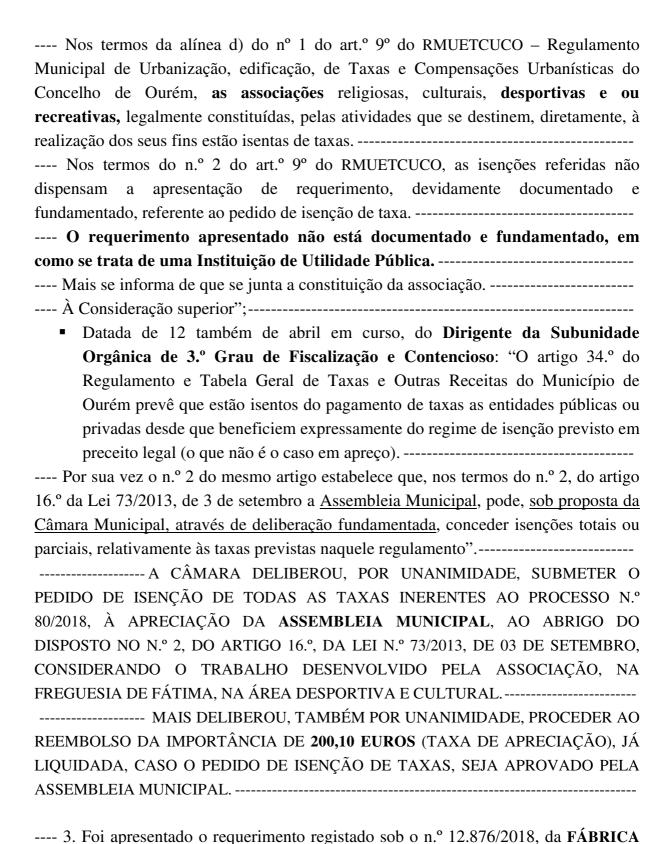




transcreve: "O requerente vem solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas e licenças com a "...intenção de submeter à apreciação da Câmara um pedido de licenciamento para alterações a um edifício com a licença inicial n.º 365/2007 e n.º 2/2014...vem solicitar...isenção do pagamento de todas as taxas e licenças (taxa de apreciação do projeto, licença de obras, taxa e licença de utilização.)--------- Enquadramento legal: --------- Nos termos do n.º1 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém: "Estão isentos do pagamento de taxas as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal" e nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos que não tenham caráter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, estão isentos de pagamento de todos os impostos previstos na presente lei, com exceção da isenção do IMI dos edifícios não afetos a atividades de interesse público." ---- Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a que se refere o presente regulamento.--------- Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do RMUETCUCO, relativamente às isenções de taxas pela concessão de licenças ou de autorização estão isentas as seguintes entidades: --------- "... as associações religiosas, culturais, desportivas e ou recreativas, legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins."--------- Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do RMUETCUCO "As isenções referidas no número anterior não dispensam as referidas entidades de requererem à Câmara Municipal as necessárias licenças, autorizações ou comunicações prévias para realização da operação urbanística, nem dispensam a apresentação de requerimento, devidamente documentado e fundamentado, referente ao pedido de isenção de taxa."--------- Conclusão: --------- À consideração superior o teor da informação tendo em conta que o requerimento apresentado não está documentado e fundamentado de modo a provar que o requerente é uma associação legalmente constituída."-----

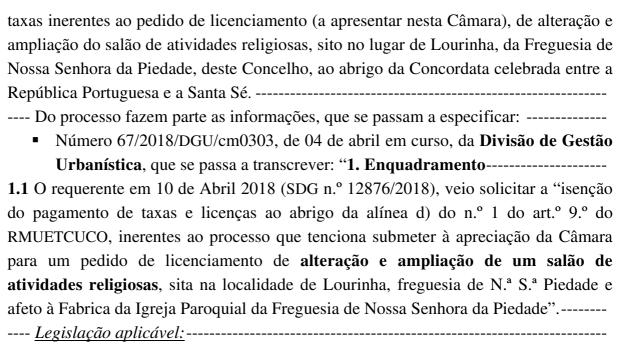






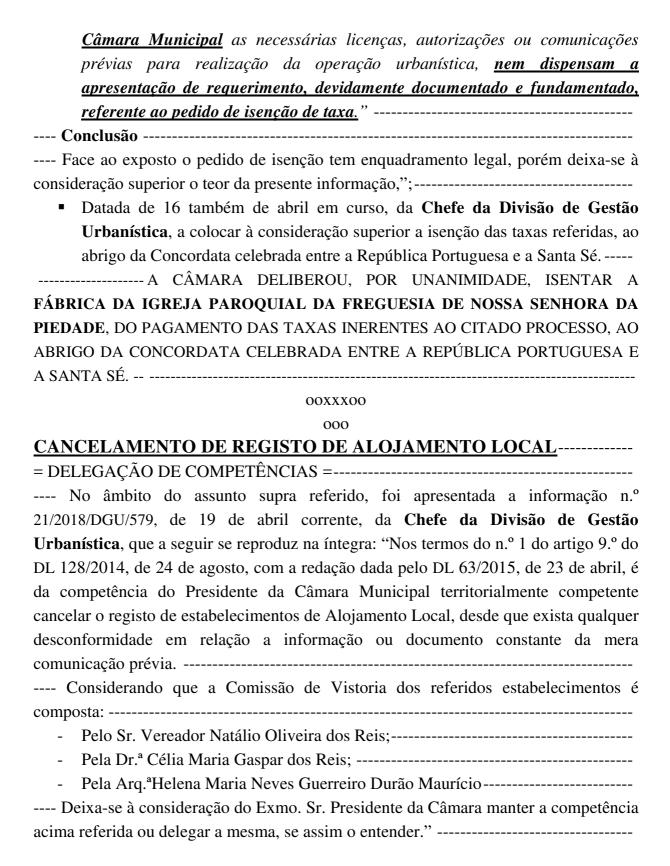
DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE com sede na Praça da República, n.º 21, nesta cidade, a solicitar a isenção de todas as



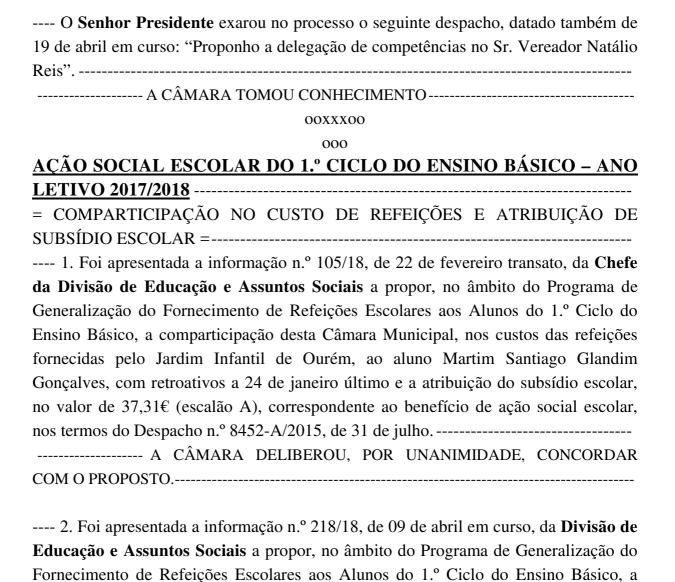


- Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a que se refere o presente regulamento. -----
- Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do RMUETCUCO, relativamente às isenções de taxas pela concessão de licenças ou de autorização **estão isentas as seguintes entidades**:------
- ---- "As associações religiosas, culturais, desportivas e ou recreativas, legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus afins;" ------
 - Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do RMUETCUCO "As isenções referidas no número anterior não dispensam as referidas entidades de <u>requererem à</u>







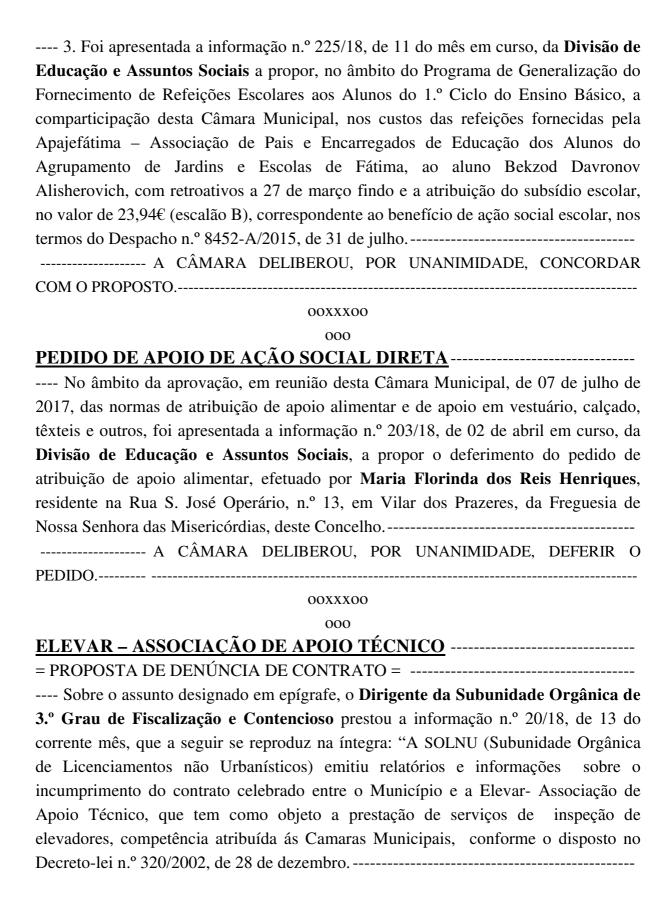


Proc.	Aluno	escalão atribuído	Estabelecimento de ensino	Entidade	Data do pedido	Proposta de escalão	Motivo do pedido
653	Mateus Alexandre Santos Neves	NS	Urqueira Norte	Associação de Pais Urqueira Norte	27.03.2018	A	alteração de escalão de abono de família
663	João António Santos Neves	NS	Urqueira Norte	Associação de Pais Urqueira Norte	27.03.2018	A	alteração de escalão de abono de família

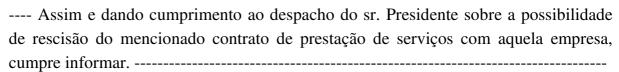
comparticipação desta Câmara Municipal, nos custos das refeições, conforme tabela a seguir transcrita, com efeitos a 27 de março de 2018, correspondente ao benefício de ação social escolar, nos termos do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho.-----

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PROPOSTO.-----









- 1. Nos termos do n.º 4 artigo, 7.º do Decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, que estabelece o regime de manutenção e inspeção dos elevadores, as Câmaras municipais podem definir, mediante a celebração de contrato com as entidades inspetoras, as condições dos serviços de inspeção a prestar. ------

- 4. O n.º1 da clausula 8.ª estabelece que o contrato é válido por um período de tempo indeterminado, renovável anualmente se não for rescindido por qualquer das partes, com a antecedência de 60 dias.-----
- 5. Por sua vez o n.º 2 da mesma cláusula refere que antes de decorrido o prazo de vigência ou de qualquer das suas prorrogações, qualquer das partes poderá, com a observância do princípio da boa fé, denunciar o presente contrato caso ocorram factos que devam considerar-se justificação válida de rescisão, nomeadamente o não cumprimento das obrigações nele assumidas. ------
- 6. Trata-se de um contrato administrativo que pode ser extinto por rescisão pela administração no uso dos poderes de autoridade, face ao incumprimento do cocontratante. ------
- 7. A rescisão verifica-se quando o contratante particular não cumpre ou não cumpre plenamente, de forma culposa, as suas obrigações por modo a determinar grave prejuízo para o serviço público. É assim necessário que a infração que a ela dá lugar consista numa violação grave dos deveres descritos que ponha em causa a relação contratual pelo facto imputável ao cocontratante.
- 8. A empresa ELEVAR- Associação de Apoio Técnico não cumpriu com as suas obrigações, resultantes do contrato, pois não procedeu às inspeções dos



elevadores em tempo útil, nos termos das informações dos serviços, gerando-se, assim, cumprimento defeituoso e incumprimento. ---------- Em suma, consideramos que que existe justa causa e fundamento para fazer cessar o contrato pelo que se propõe a sua rescisão por incumprimento. --------- Caso se concorde com o proposto, deverá notificar-se a cocontratante ELEVAR-Associação de apoio Técnico para se pronunciar por escrito no prazo de 10 dias, sobre este propósito, conforme dispõe o artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo.--------- Este é, salvo melhor opinião, o nosso entendimento --------- À consideração superior." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR A FIRMA ELEVAR - ASSOCIAÇÃO DE APOIO TÉCNICO DE QUE TENCIONA DENUNCIAR O CONTRATO CELEBRADO EM 06 DE MAIO DE 2004 E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. ----ooxxxoo 000 APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES---------- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3, DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E BEM ASSIM DO QUE DISPÕE O N.º 4, DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, EM MINUTA, TODOS OS TEXTOS DAS DELIBERAÇÕES, PARA EFEITOS IMEDIATOS. ------OOXXXOO 000 ---- Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.-------- Ourém, Divisão de Atendimento ao Munícipe da Câmara Municipal, 30 de abril de



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 30/04/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de ata Reunião de Câmara de 16 de abril de 2018.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima – Relatório de reunião, datado de 11 de abril em curso, subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Conselho Municipal de Segurança Designação de representantes Informação n.º 174/18, de 12 de abril em curso, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 12.433/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel de Jesus Ribeiro;
 - 2. Carta registada sob o n.º 12.434/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Luís Filipe Rodrigues Marques;
 - 3. Carta registada sob o n.º 12.438/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Pereira Gomes;
 - 4. Carta registada sob o n.º 12.441/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Joaquim Rodrigues da Silva;
 - 5. Carta registada sob o n.º 12.442/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Joaquim Rodrigues da Silva;
 - 6. Carta registada sob o n.º 12.445/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Lourenço Dias;
 - 7. Carta registada sob o n.º 12.446/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Lourenço Dias;
 - 8. Carta registada sob o n.º 12.449/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Lourenço Dias;
 - 9. Carta registada sob o n.º 12.451/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel Lourenço Dias;
 - 10. Carta registada sob o n.º 12.452/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Alberto Lopes de Sousa;
 - 11. Carta registada sob o n.º 12.453/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Emília Pereira Marques;



12. Carta registada sob o n.º 12.553/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Garcia Simões de Oliveira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

- = Alteração de localização da Farmácia João Solas Nossa Senhora das Misericórdias Ourém Processo registado sob o n.º 15.23/2017, de Ivo Jorge Soares Monteiro Alves;
- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade Requerimento registado sob o n.º 12.031/2018, de António Joaquim Pereira Brites, sobre prédio sito em Pedreira Freguesia de Fátima.

2.2. RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

= Reestruturação dos Serviços Municipais - Criação de Unidades Orgânicas Flexíveis - Retificação - Despacho n.º 9, de 17 de abril em curso, do Senhor Presidente da Câmara.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Centro Desportivo de Fátima – Utilização do Estádio Papa Francisco – Revisão de faturas – Informação n.º 31/18, datada de 16 do mês findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, também subscrita pela Chefe da Divisão de Ação Cultural.

3.1. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Arrendamento de duas lojas sitas no piso -1 do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Hasta pública Informação n.º 46/18, de 23 do corrente mês, do Património e Notariado (PN);
- = Contrato de arrendamento da cafetaria "Arte Caffé" sita no Parque da Cidade António Teixeira Denúncia do contrato Carta, datada de 17 de abril em curso, da firma Silva, Assis & Mendes, Limitada;
- = Proposta de arrendamento do edifício sito no Parque da Cidade António Teixeira Informação n.º 47/18, de 24 de abril em curso, do PN.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Regularização de processos:
 - 1. P017/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais domiciliários Estrada das Galegas Gondemaria Ourém Informação n.º 187/18, de 26 de fevereiro transato, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - 2. P019/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação da rede de abastecimento de água Rua da Pia Fora Eira da Pedra e Rua Moinho Velho Moita Redonda Fátima Informação n.º 269/18, de 20 do mês findo, da DOM;
- = Quiosque sito na Praceta de Santo António Fátima Informação n.º 378/18, datada de 20 do corrente mês, da DOM.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Dívida acumulada Informação n.º 234/18, de 19 de março findo, Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - 2. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 240/18, de 23 de março findo, da DAS;
 - Informação n.º 241/18, de 22 de março findo, da DAS;
 - Informação n.º 242/18, de 22 de março findo, da DAS:



- Informação n.º 243/18, de 23 de março findo, da DAS;
- Informação n.º 244/18, de 23 de março findo, da DAS;
- Informação n.º 245/18, de 23 de março findo, da DAS;
- Informação n.º 246/18, de 23 de março findo, da DAS;
- Informação n.º 247/18, de 23 de março findo, da DAS;
- Informação n.º 248/18, de 23 de março findo, da DAS;
- = Sistema de Drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução da tarifa de ligação ao sistema Informação n.º 233/18, de 19 de março findo, da DAS;
- = Utilizadores sem ligação à rede pública de abastecimento de água Levantamento de dados
- Informação n.º 209/18, de 13 de março findo, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Autorização de utilização Pedido de isenção de taxas Requerimento registado sob o n.º 7489/2018, do Centro Recreativo e Convívio das Louçãs, instruído com a informação n.º 53/2018/DGU/0813, de 07 de março findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamentos de obras particulares Pedidos de isenção de taxas:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 9770/2018, do Grupo Desportivo Sobralense, instruído com a informação n.º 60/2018/DGU/cm0813, de 19 de março findo, da DGU;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 571/2018, da Associação Desportiva e Cultural Vasco da Gama, instruído com a informação n.º 43/2018/DGU/cm0428, de 06 de abril em curso, da DGU;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 12.876/2018, da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Piedade, instruído com a informação n.º 67/2018/DGU/cm0303, de 04 de abril em curso, da DGU;
- = Cancelamento de registo de alojamento local Delegação de competências Informação n.º 21/2018/DGU/579, de 19 de abril em curso, da Chefe da DGU.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar:
 - 3. Informação n.º 105/18, de 22 de fevereiro transato, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - 4. Informação n.º 218/18, de 09 de abril em curso, da DEAS;
 - 5. Informação n.º 225/18, de 11 de abril em curso, da DEAS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 203/18, de 02 de abril em curso, da DEAS.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= ELEVAR – Associação de Apoio Técnico – Proposta de denúncia de contrato – Informação n.º 20/18, de 13 do corrente mês, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.



O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 16-04-2018 a 27-04-2018

Processo nº	Requerente	Local
460/2018	António Faustina Pereira	Rua da Ladeirinha – Moita Redonda -Freguesia de Fátima
539/2018	Davide dos Reis Sousa Lains	Estrada de Ourém, n.º 70 – Areias Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2289/2017	Edgar Filipe Oliveira Martins	Calçada – Gondemaria da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
546/2018	Evangelino Vieira Braçal	Rua Teófilo Braga – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
77/2018	José Nunes Pereira	Rua dos Poços, n.º 22 - Freguesia de Fátima
478/2018	Luís Manuel Silva Domingos	Estrada de Torres Novas, nº 494- Amoreira - Freguesia de Fátima

Ourém, 30 de abril de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 13/04/2018 a 27/04/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento		
11838	Fábrica da Igreja Paroquial da Atouguia	Licença de Ruído		
12575	Pias Longas-Aeroclube do Sobral	Licença de Ruído		
11834	Fábrica da Igreja Paroquial de Urqueira	Licença de Ruído		
11837	Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído		
13587	Fábrica da Igreja Paroquial de Rio de Couros	Licença de Ruído		
2487	Armanda Oliveira Alves Crispim	Ocupação de Espaço Público		
10170	Patrícia Dinis Marques da Silva	Mera Comunicação Prévia		
10007	Sara Patrícia Marques Pereira	Mera Comunicação Prévia		
13421	Insignare – Associação de Ensino e Formação	Pedido de Inspeção Periódica		
14008	Manuel das Neves Coelho, Filhos Ida	Pedido de Inspeção Periódica		
14005	Manuel das Neves Coelho, Filhos Ida	Pedido de Inspeção Periódica		
13978	Bom Calçado S.A	Pedido de Inspeção Periódica		
14077	Fatialojamentos, lda	Pedido de Inspeção Periódica		
14010	Manuel das Neves Coelho, Filhos Ida	Pedido de Inspeção Periódica		
14009	Manuel das Neves Coelho, Filhos Ida	Pedido de Inspeção Periódica		
13424	Condomínio do Edifício. São Paulo	Pedido de Inspeção Periódica		
13312	Gescofati – Gestão de Condomínios	Pedido de Inspeção Periódica		
14216	Santos & Marto – Hotel de São José	Pedido de Inspeção Periódica		
14286	Consolata – Comunicação e Cultura Unipessoal Ida	Pedido de Inspeção Periódica		

Ourém, 30 de abril 2018

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)